



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Vinte e um vereadores presentes. Há quórum. Algum vereador não conseguiu dar presença? (Pausa.) Ver.^a Tanise Sabino está presente, Ver.^a Natasha está presente, Ver.^a Atena está presente, Ver.^a Juliana está presente, Ver. Fabiano está presente, Ver. Erick está presente.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Cinco anos atrás, chegava ao Brasil a pandemia da covid. Cinco anos atrás, o Brasil começava a viver um dos seus piores pesadelos. E quero aqui, ao iniciar minha fala, dizer que todas aquelas e todos aqueles que perderam entes queridos durante a pandemia têm a solidariedade do Partido dos Trabalhadores. Nós tivemos, em meio à pandemia, mais de 700 mil mortes, vítimas de um desgoverno que não levou a saúde pública a sério, que não investiu em máscaras e equipamentos para os hospitais, que não valorizou o funcionalismo público e, principalmente, de um desgoverno que, ao longo de quatro anos, falou coisas absurdas enquanto uma gestão federal. Primeiro que, no dia 20 de março de 2020, Jair Bolsonaro, futuro presidiário, disse: “É apenas uma gripezinha.” No dia 26 de março, Bolsonaro disse que brasileiro pula em esgoto e nada acontece. Detalhe, era o Chefe de Estado do Brasil. No dia 20 de abril, Bolsonaro disse



no Planalto que ele não era coveiro, quando o Brasil abria covas aos montes para enterrar as pessoas vítimas da pandemia. No dia 28 de abril de 2020, Bolsonaro disse: “E daí, lamento. Quer que eu faça o quê?” E, no dia 19 de maio, ele disse: “Quem for da direita toma cloroquina e quem for de esquerda toma Tubaína.” Vejam bem o nível que era a Presidência da República. No dia 2 de junho, ele disse: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo.” Este era o sentimento de um Presidente da República, que as pessoas morressem. Ele disse também, dia 7 de julho: “É como uma chuva, vai atingir você.” Eram frases proferidas pelo Chefe de Estado. No dia 10 de novembro de 2020, quando o Brasil registrava mais de 3 mil mortos por dia, Bolsonaro disse que era um país de maricas, porque, como bom covarde que é, ele nunca assumiu responsabilidade sobre as mortes. No dia 17 de dezembro de 2020, ele disse: “Se tomar vacina e virar jacaré, não tenho nada a ver com isso”. E, no dia 5 de janeiro de 2021, ele disse: “O Brasil está quebrado, eu não consigo fazer nada”. Ainda bem que, em 2022, o Brasil deu uma resposta ao Jair Bolsonaro. Nós demitimos o Presidente da República, porque, além de ser um genocida, ele foi incapaz de lidar com a maior crise sanitária de saúde que o Brasil já teve. Os mortos da covid não são apenas números: se abriram cemitérios, valas comuns, como nós nunca tínhamos visto, onde pessoas foram colocadas. Eu mesma, como assessora parlamentar da deputada Luciana Genro na Assembleia, visitei o contêiner de mortos que tinha no Hospital Moinhos. Posso dizer a vocês – posso dizer a vocês: tinha bolsonarista dizendo que aquele contêiner que tinha lá dentro eram bonecos, porque os comunistas queriam criar uma narrativa sobre a pandemia da covid. Percebam a loucura que se estabeleceu nesses quatro anos de bolsonarismo. Hoje, cinco anos depois, eu quero registrar que nós, do PT, não vamos esquecer nenhuma vítima, nem, quem sabe, o mais famoso, Paulo Gustavo, humorista, mas também cada ente querido que perdeu a sua vida num regime em que as pessoas eram obrigadas a ir trabalhar, onde o governo fez a opção, juntamente com Paulo Guedes, de defender CNPJ e não falar de CPF, porque o que importa para o capitalismo é dinheiro, é lucro. Para eles, não importam



as pessoas. Para eles, basicamente, o que importava era criar uma narrativa em meio a uma crise de saúde mundial, de dizer que isso era algo da China, que era algo da Venezuela, que era algo, sei lá, da Rússia, de qualquer país que eles associam à esquerda, mas não assumir a sua culpa e responsabilidade de Estado. Fica aqui o agradecimento aos funcionários públicos da saúde, a quem esteve na ponta e ajudou a fazer com que o Brasil não tivesse o número de mortes que teve os Estados Unidos da América, por exemplo, que passou de um milhão. Covid nunca mais, e Bolsonaro na cadeia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Natasha.

A Ver.^a Vera Armando está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Muito boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores, vereadoras; boa tarde a quem nos acompanha aqui nas galerias. Eu registro com muita alegria a presença da Camila, mãe do Pedrinho, afilhado do Educandário São João Batista, que está nos prestigiando neste momento. Eu me comunico também, através da TVCâmara, a toda direção, ao presidente Ronaldo Leite e a todos os funcionários e colaboradores do Educandário São João Batista que nos assistem neste momento. Senhoras e senhores, eu faço hoje o uso deste espaço aqui, na tribuna, para chamar a atenção de toda a população porto-alegrense para a necessidade de uma grande mobilização para o cumprimento da Lei Estadual nº 15.336/2019, da deputada Luciana Genro, que proíbe no Estado do Rio Grande do Sul a utilização de fogos de artifício com estampidos e efeitos sonoros ruidosos. Há também uma lei municipal que proíbe aqui, em Porto Alegre, fogos de artifício em locais fechados. No entanto, senhoras e senhores, essas leis não são cumpridas, parte da população não entendeu que esse tipo de diversão de poucos custa o sofrimento de crianças, de animais, de idosos, de enfermos e até a vida de muitos deles. Estou falando de crianças especiais, como o



Pedrinho, que está aqui, com seus dois anos de idade, nos acompanhando nesta sessão, e a mamãe Camila. E eu faço, neste momento, esse chamamento não somente pela proximidade do carnaval, onde muitas escolas e blocos utilizam, no momento da concentração, os fogos de artifício, mas pelos jogos de futebol também. Então, eu peço a atenção de todos para que nós possamos garantir a saúde e a vida dessas crianças, desses idosos, desses animais, desses enfermos, porque não é legítimo, eu repito, que a diversão de alguns seja o sofrimento de muitos.

Em recente visita ao Educandário São João Batista, que é uma instituição muito séria, que tem o atendimento gratuito de famílias atípicas, por meio da prestação de tratamentos especializados, crianças e adolescentes com múltiplas deficiências nas áreas da socialização, aprendizagem, convivência, comunicação, alfabetização, educação física, teatro e música, eu escutei atenta ao depoimento da mãe do Pedro. E eu vou pedir a todas as senhoras e os senhores: deem uma pausa no que estiverem fazendo agora e prestem atenção neste depoimento que nós vamos colocar agora aqui no nosso telão, por gentileza.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Eu agradeço, então, por esse depoimento da Camila. Muito obrigada. Agradeço ao Pedro pela participação, essa criança tão querida por todos nós, mamãe – sabes disso, né?! E eu quero pedir, então, o apoio de todos vocês. Não precisamos de um outro projeto de lei, precisamos sim fazer uma grande frente para garantir o cumprimento das leis.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Vera Armando.



Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu queria comungar aqui com a colega Ver.^a Vera Armando. Vereadora, a lei que proíbe os fogos com estampido em Porto Alegre é da minha autoria, é só podem fogos de vista, já temos uma lei. Posso buscar a cópia e lhe entregar. Acho que a senhora faz uma excelente exposição, demonstrando inclusive o depoimento de uma cidadã de Porto Alegre e que a fiscalização do poder público não é feita. Mas a lei existe e vai ser cumprida. Vou trazer, vou fornecer, pois é uma bela ação também aqui da colega. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Oliboni, informando sobre a lei municipal que aqui foi aprovada.

A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

Enquanto a vereadora se desloca até a tribuna, quero aqui mencionar – eu acho que impactou todos os vereadores, toda a nossa Porto Alegre – a menina que sumiu ontem em Tramandaí e que foi encontrada, felizmente hoje, vítima de cárcere privado, abusada com nove anos por um homem de sessenta anos. Fica aqui o alerta para todos os vereadores, para que nós possamos cada vez mais também fazer a proteção das crianças, avisar as famílias que, se monstros existem, eles estão entre nós e que isso não é admitido nem em Tramandaí, nem em Porto Alegre, nem em lugar nenhum. Realmente, eu, como mãe, estou bem impactada e tenho certeza que os senhores vereadores, pais, tios, mães, madrinhas, enfim, também estão nesse momento impactados com isso. Para aqueles que não sabiam do caso, estou aqui trazendo também, para que a gente faça uma grande onda aqui de força em proteção das crianças e adolescentes. Desculpa, Ver.^a Mariana, mas é algo que está impactando todos nós nesse momento, a senhora tem cinco minutos de liderança, pelo governo.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores, quem está nos assistindo pela TVCâmara.



Presidente, eu compactuo com a sua mensagem e deixo nossa solidariedade à família da menina que foi raptada, e ainda bem que o criminoso já teve o destino que mereceu.

Mas hoje eu venho falar sobre bandidolatria e o quanto essa bandidolatria está enraizada nas nossas instituições de Estado. Eu venho aqui nesta tribuna para prestar a minha solidariedade ao promotor de justiça Eugênio Paes Amorim, que faz um combate ferrenho contra a criminalidade que acaba sempre fazendo mal à nossa sociedade. O motivo que fez com que o Eugênio fosse vítima de uma nota de repúdio de instituições esquerdistas, de instituições bandidólatras, é porque ele fez uma crítica à defensora pública que, na sua tese de mestrado, do alto do seu gabinete, do seu ar condicionado, fez este livro aqui: Polícia! Para quem precisa de justiça: como a magistratura representa a violência policial.

Eu adoro que esses bandidólatras sempre focam na violência policial. E aí, eu pergunto tanto à defensora pública, quanto a tantos outros que, inclusive aqui, neste Parlamento, adoram defender bandidos: no seu livro, a defensora diz que se sentiu impactada com as dores da vítima da violência policial; e as dores das vítimas dos crimes que esses bandidos fazem? Ela tentou sentir? E as dores das famílias dos policiais? Porque o policial, neste País, sai todo dia para matar um leão por dia sem saber se vai voltar para casa, para defender aqueles que ele nem conhece. É muito engraçado sempre olhar para a Defensoria Pública, que deveria ser uma instituição que prezasse pelos direitos do cidadão, e não o que ela faz hoje, que é prezar por sempre defender bandido. Por que a dor do criminoso é maior do que a dor da real vítima da criminalidade? Além disso, eles falam que hoje temos mais de 6 mil pessoas mortas em confrontos com a polícia. Esses bandidos que entraram em confronto com a polícia foram chamados a cometer crime? Foram convidados a atirar contra os policiais? A polícia se defende da criminalidade e defende a sociedade acima de tudo. E aí, eu também faço uma pergunta para todos esses: que lembrem que essa mesma Defensoria Pública, que está dizendo sobre a violência policial e que foi ao STF obrigar os policiais a usarem



câmeras no seu trabalho, é a Defensoria Pública que agora quer que, durante o carnaval, na cidade de São Paulo, a tecnologia do reconhecimento facial não seja utilizada. Isso para quê? Para que os bandidos possam pular o carnaval tranquilamente. Ah, e a mulher que vai ser estuprada pelo criminoso? Essa não importa para eles.

Eu sugiro a todos esses bandidólatras de plantão que, um dia, por 24 horas, eles possam colocar a farda de um policial e que eles possam defender a sociedade, prestar atendimento à sociedade, combater a criminalidade. Mas só façam isso se tiverem coragem de dar sua vida em detrimento da vida de quem vocês nem conhecem. Mais uma vez, eu quero dizer ao Dr. Eugênio Paes Amorim que ele tem a nossa solidariedade e que, hoje, no Brasil, tu fazeres o combate contra a bandidolatria que está enraizada nas instituições de Estado é um ato de coragem e verdadeira resistência. E, aqui comigo, ele pode contar, porque sempre vai ter um ombro amigo para ombrear junto essa luta contra a criminalidade e contra a bandidolatria. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Mariana Lescano, que falou em tempo de governo.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas; olha, a líder do PT subiu aqui para fazer um teatro na tribuna, trouxe máscara, trouxe o escudo facial para lembrar os tempos de pandemia, que agora completam cinco anos; mas ela não subiu aqui para falar sobre o desastre que está sendo o seu governo, o governo Lula, na área da saúde. Hoje mesmo, nós tivemos o anúncio da demissão de Nísia Trindade, a ministra da Saúde, mais uma ministra, mais um membro do Ministério de Lula, da equipe próxima, que é mulher, que é exonerada, que é demitida, para assumir um homem branco, hétero, tudo aquilo que a pauta identitária de



esquerda costuma levantar e criticar em governos de direita. O fracasso de Nísia Trindade começou lá em 2023, e eu tenho percebido agora, nas manifestações de esquerdistas – inclusive aqui, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre –, lamentando inclusive a saída de Nísia Trindade, demonstrando que a aprovação do governo Lula está em queda não apenas em todos os indicadores de estados do País, inclusive no Nordeste, mas também, a mim parece que dentro da própria base de apoio petista. A tragédia de Nísia Trindade começou lá em 2023, o seu cartão de visitas para o Brasil foi aprovar uma dança erótica completamente inapropriada, paga e realizada com dinheiro da saúde, pelo Ministério. Ali já estava demonstrado que Nísia Trindade veio para o Ministério da Saúde para a lacração, e estaria em primeiro lugar a lacração e não a saúde do brasileiro. Logo em seguida, ela fez uma nota técnica, possibilitando o aborto em crianças de qualquer idade, inclusive com gestação de nove meses. Imaginem tamanha crueldade, inclusive causando impactos a essas crianças, a essas mães, irreversíveis, colega, e sem aviso aos pais, como bem disse aqui a colega Fernanda Barth. Logo em seguida, a tal nota técnica foi revogada. Mas quem denunciasse era taxado de mentiroso, de *fake news*, pelas tais agências de checagem. Acharam pouco? Pois tem mais. A líder do PT aqui veio falar de combate à pandemia, à questão da vacina, pois bem, a socióloga demitida, Nísia Trindade, a socióloga do Viva o SUS, Viva Vacina, imaginem os senhores, deixou faltar vacinas em 11 estados e no Distrito Federal, inclusive, vacinas da covid-19 no ano passado. Mais do que isso, Nísia Trindade, incompetente, foi a responsável pelo atraso da vacina da dengue. Não queria comprar a vacina da dengue do Japão. Disse: “Vamos produzir uma vacina nacional.” Atrasou a vacinação no Brasil inteiro, e depois, ela própria admitiu que não teria condições da vacina feita em solo nacional ter a produção suficiente para poder imunizar toda a população.

Por falar em dengue, o governo Lula atingiu os maiores marcos indicadores da história com relação a essa doença – 6 milhões de casos; 6 mil pessoas mortas. Seis mil pessoas mortas... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E aí vem a líder do PT aqui com máscara, como



é que é, o escudo facial, para lembrar os tempos de pandemia, de falas de pessoas do governo naquela época, mas, das ações, ou melhor, da falta de ação do atual governo que deixou a dengue explodir no Brasil inteiro por falta de prevenção, isso ela não fala. Seis milhões de casos, seis mil mortos. Isso tudo, Presidente, só demonstra que o governo Lula faz esse teatro, vem aqui, fala do passado, não faz absolutamente nada no presente, e é um fracasso que está derretendo aos olhos da opinião pública, felizmente, porque é um fracasso econômico, social e também na área da saúde. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ramiro Rosário. Falou em liderança pelo Novo.

O Ver. Erick Dênil está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde colegas, boa tarde a todos e todas, cumprimento a bancada da oposição, todos que estão acompanhando a sessão plenária no dia de hoje. Estou usando o tempo de liderança justamente para comunicar que não vai ter despejo no Sarandi. É uma notícia muito feliz, muito importante que a gente traz hoje aqui nesta sessão plenária. Depois de muitas reuniões no Sarandi, muitos protestos na Av. Assis Brasil, na *freeway*, muita conversa com a Prefeitura, com a Caixa, com o governo federal, ontem, através da Comissão dos Direitos Humanos, da qual eu sou presidente – estive presente a Ver.^a Vera Armando, o Ver. Marcelo Bernardi, e também com o apoio dos demais vereadores que fazem parte da comissão, como o Ver. Pedro Ruas –, conseguimos fechar um acordo onde não haverá despejo na próxima sexta-feira, dia 28. Essa é uma notícia muito feliz, porque nós não iríamos permitir de jeito e maneira alguma que na sexta-feira de carnaval os moradores da Rua Aderbal Rocha de Fraga, onde as casas ficam em cima do dique, fossem despejados sem ter a garantia da compra assistida pela Caixa, e um despejo numa sexta-feira de carnaval. A gente sabe o quanto é valiosa a moradia dessas famílias, famílias



trabalhadoras, que trabalham o dia inteiro, que trabalham numa escala exploratória, seis por um, que nem tempo têm de lazer, de acesso à cultura, perder o seu bem mais precioso, que é a moradia. Ontem, na reunião da CEDECONDH, a comunidade do Sarandi estava presente, participou do início ao fim dessa reunião, com o secretário do DEMHAB, com o DMAE, com outras representações, com a Comissão dos Direitos Humanos, da qual eu sou presidente, e nós, felizmente, conseguimos barrar o despejo e garantir a prorrogação. Isso vai dar tempo para dialogar com a Caixa, para que não burocratize essa documentação, para que, de fato, facilite a compra assistida. Porque quando houver, de fato, uma ordem de despejo judicial, que até então não tem, e, felizmente, não tem, nós temos a certeza que os moradores não vão se opor a sair de cima do dique, porque o que todos querem ali é a moradia digna. Ninguém é contra a obra do DMAE. Foi falado muitas vezes que eu, como vereador comunista, do PCdoB, sou contra a obra do DMAE, e, que se alagar o Sarandi, a culpa é nossa. Olha o absurdo que foi falado. Nós não somos contra a obra do DMAE, nós somos favoráveis, para evitar as enchentes, evitar as cheias, evitar, de fato, que os moradores percam tudo. Portanto, a gente é favorável, sim, à obra. Agora, a obra não pode significar uma não negociação com os moradores. A obra não pode ser uma justificativa para colocar moradores do Sarandi, que pouco têm, sem nada para a rua, com uma mão atrás e outra na frente, sem ter o direito da casa própria, que hoje eles têm. Por isso, a vitória nossa, a vitória do povo de Porto Alegre, é uma vitória do povo que mora no Sarandi, especialmente da Rua Aderbal, que não vai ser despejado na sexta-feira, na véspera do carnaval. E a gente vai seguir dialogando e construindo uma possibilidade real de negociação com a Caixa, porque agora, em março, tem que ter a garantia que todos os nomes dos moradores estejam na lista da compra assistida. Então, ninguém vai se negar a sair do dique, mas, para sair das suas casas, nós exigimos, através, inclusive, da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, que se tenha uma negociação séria e responsável, que garanta a moradia aos moradores do bairro do Sarandi. Além disso, a gente sabe que



moradia é direito, está na Constituição Federal; despejo é algo irregular quando não se tem negociação e tratativas anteriores. Em maio do ano passado, aconteceu a enchente; praticamente, oito meses se passaram e burocratizaram o sistema da compra assistida. A gente sabe que é preciso facilitar isso, porque os moradores do Sarandi são os principais afetados. Então, agradeço aqui a todos que fazem parte da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, à Prefeitura, ao governo federal e a todos aqueles que ontem, durante a reunião da CEDECONDH, entraram em acordo. E isso me faz acreditar que a política é a arte do diálogo, fez com que a gente conseguisse construir uma alternativa em conjunto na noite de ontem no Sarandi. Apesar de toda aquela chuva, e o bairro seguindo alagando, nós conseguimos impedir a ordem do despejo, vereador – isso me deixa muito feliz.

E, por fim, registro aqui o meu repúdio ao ataque ao Marcelo Rubens Paiva, no último final de semana, no carnaval em São Paulo. Isso é um absurdo, é um ataque claro à democracia; infelizmente, o discurso de ódio, o discurso intolerante, tem, infelizmente, tomado conta do debate político, do debate público no Brasil. Então, minha solidariedade ao Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado federal Rubens Paiva, preso, morto e torturado pela ditadura no Brasil. Nossa solidariedade e a nossa proposta é que a sessão de hoje encaminhe, Presidente, uma nota de solidariedade ao Marcelo Rubens Paiva – não tenho dúvida que todos os vereadores aqui... (Som cortado por limitação de tempo.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereador.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Desculpa, Ramiro, mas eu não tenho a menor ideia do que tu irias falar; portanto, não posso ser tua porta-voz. Eu nem estou sabendo desse episódio, desculpa.



Eu vim aqui falar sobre três assuntos que muito me tocam. É engraçado, agora olhando aqui, são das três esferas: um municipal, um estadual e um federal. Quando a gente fala, meus queridos colegas – Ramiro; Lescano; Rheinheimer, que está aqui hoje, seja bem-vindo; Ver. Jessé, Ver.^a Comandante Nádia –, sobre segurança nas escolas, a gente vê que a gente tem sistematicamente tido ações no âmbito Jurídico e Legislativo que tiram a proteção das crianças e dos adolescentes de dentro da sala de aula. Tanto no quesito de ter o direito de registrar o que acontece dentro da sala de aula, se por acaso for necessário gravar algo, não podem mais pegar o celular; quanto na liminar que caçou a lei do projeto Escola Sem Doutrinação, do qual esta Casa vai recorrer, com o apoio das associações de pais pela Escola Livre de Doutrinação. Por que nós vimos que as crianças estão numa situação de fragilidade e que foi retirado delas o direito de garantir uma escola de qualidade. Então eu lembrei que, no ano passado, nós tínhamos um projeto inscrito, Presidente, que tratava sobre segurança nas escolas, dentro e fora da sala de aula. Um projeto que prevê, sim, colocação de câmeras de segurança dentro de cada sala de aula. E essas câmeras vêm para garantir a segurança dos professores também, contra abuso, contra violência. Elas estarão lá gravando, e caso o professor precise, a direção precise ou os pais precisem, eles farão a requisição da gravação do dia e poderão fazer o uso necessário dessa gravação, seja pela violência contra um professor, seja pelo mau uso da liberdade de cátedra, seja pela doutrinação ou opressão de algum aluno dentro da sala de aula. Nós vamos trabalhar para que esse projeto seja não só desarquivado, como aprovado nesta Casa, porque é um direito. É um projeto, Presidente, que já existe em vários países do mundo. O Brasil é um dos poucos lugares do mundo que não tem uma câmera dentro da sala de aula para garantir a segurança das famílias, dos professores e dos alunos, o que nós consideramos um erro.

Agora, em relação ao Estado, eu vinha hoje ouvindo o rádio e ouvi que o governador Eduardo Leite quer criar, na sua viagem à Holanda, uma agência das águas. Nós achamos muito bom que alguém, enfim, cuide da



questão da saúde hidroviária, da dragagem e dos desassoreamentos rotineiros, da questão de tudo que precisa ser feito em relação ao maior potencial. Nós somos o segundo Estado da União com o maior potencial hídrico, se nós não aproveitarmos isso, nós vamos continuar nos afogando nessa água toda. Então, essa agência, se vier a ser criada, que vai coordenar o trabalho dos comitês de bacia, que até hoje estão aí a bangu, sem serem de verdade respeitados, sem serem de verdade levados a sério. E nós queremos a valorização do comitê de bacia, todos eles, que eles sejam integrados dentro dessa agência das águas e que essa agência não seja simplesmente geradora de novos empregos e cargos, mas que seja uma agência que venha suprir a demanda que foi deixada quando da extinção de órgãos estaduais e federais, como o Deprec, o DNOS e a Superintendência de Portos e Hidrovias.

Para concluir, minha Presidente, eu comemoro a queda da Nísia Trindade, responsável pela volta da dengue ao Brasil. Porto Alegre em risco, vários casos, estados inteiros que não tinham um caso de dengue há mais de 20 anos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Obrigada, Presidente. Comemoro a queda dessa verdadeira fraude na área da saúde.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Fernanda Barth.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, obrigado, Presidente, todo mundo que nos acompanha. Eu subo aqui na tribuna e agradeço de pronto o tempo da liderança da bancada do PSDB, na figura do líder Gilson Padeiro, do vice-líder Marcelo Bernardi, para fazer um desagravo



aqui ao secretário de assistência social da cidade, Matheus Xavier. O secretário Matheus Xavier, vocês sabem, é nosso colega aqui, está numa tarefa e num desafio muito grandes, e está apenas há um mês na secretaria. Neste final de semana, circularam nas redes sociais alguns ataques desnecessários, injustos e, na minha opinião, covardes. Porque responsabilizar o secretário Matheus Xavier por causa de um problema crônico da cidade, de décadas, no mínimo é irresponsabilidade. É a mesma coisa que eu culpar qualquer secretário novo – e temos vários secretários bons –, é a mesma coisa que eu tentar culpar a secretária Zardo, a adjunta da SMAMUS, pelos problemas de planejamento urbano da cidade, ela, que parece ser uma jovem competente, que eu confio e espero que fará um grande trabalho. É injusto como culpar o secretário Riesgo, que está há um mês no trabalho, numa pasta importante, que pode dar qualidade de vida aos porto-alegrenses, e acredito que ele fará um bom trabalho. Mas responsabilizá-los, como a qualquer outro secretário que assumiu agora, por um problema de décadas, no mínimo, me parece injusto. Eu estou falando do mínimo, com muita tranquilidade; achei injusto, é necessário fazer esse desagravo, porque é um jovem que, tenho certeza, pelo que tenho acompanhado, está tentando fazer o seu melhor.

Então, subo aqui, com o peito aberto, tranquilo, para fazer um apelo: para que as pessoas se preocupem menos em ganhar curtidas ou mobilizar redes sociais, e pensem: “Eu, no lugar dele, teria resolvido os problemas de Porto Alegre, de décadas, em 30 dias?” Não, né? Feito o desagravo, desejo ao secretário Matheus Xavier e a todos os secretários dessa administração sucesso, porque se eles tiverem sucesso, Porto Alegre também terá. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Moisés, não tendo mais ninguém... Senhores, como eu tinha falado para todos, por favor, por gentileza, vocês se inscrevam.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.



VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, trabalhadoras e trabalhadores do Município, quero aqui prestar minha solidariedade a todos que atuam neste momento, principalmente nas escolas que não têm ventilação. Recebi vídeos, os professores levaram ventiladores de casa para a Escola Monte Cristo, ventiladores das suas residências para a escola, porque o governo não instala os ares-condicionados – somente na Escola Neusa Brizola tem. Ver. Hamilton, V. Exa., que foi presidente desta Casa, fez muita coisa boa aqui, o prefeito, em três anos, não instalou os ares-condicionados, tem 21 ares-condicionados na caixa. Eu acredito que, se o Hamilton fosse prefeito por um dia, esses 21 ares-condicionados estariam instalados. Nós, vereadores, temos compromisso com o povo, a gente faz acontecer; agora, o prefeito está na Holanda, na Holanda. Sabe por que o prefeito não se importa com o calorão de Porto Alegre? Porque na Holanda está fresquinho, ele está de casaco lá, bota um cachecol; vi ele de toquinha lá, vendo os muros pinchados; e ele disse “olha, muro pinchado é o problema crônico de Porto Alegre”, porque ele não viu ontem o alagamento do Sarandi, que é problema crônico. Esse é o prefeito debochado com a dor do povo. Eu me indigno, porque a população fica com medo, as pessoas estão em estresse, estão em depressão no Sarandi, qualquer chuvinha eles se apavoram; e o prefeito lá, preocupado com pichações. Esse prefeito se perdeu na poeira do bolsonarismo, na poeira da ideologia, ele não quer ser gestor. Quando a cidade precisa da instalação de ar-condicionado nas escolas, que estão parados em caixas, ele fala em pintura em muro. E esse é o prefeito que ganha R\$ 35 mil de salário, e agora mais diárias, diárias gordas para uma “cepezada” que está lá com ele, tirando foto, acompanhando. É dinheiro público. Ele diz que o cobertor é curto, só não é curto para as viagens do prefeito à Europa, aos *States*, como se diz no linguajar popular. O prefeito bonachão levou seu chapéu de palha para fazer o turismo na Holanda. Vejam só o prefeito comendo boa comida, curtindo um bom hotel com climatização; e, aqui, o povão sofrendo – ontem, com alagamentos. E ninguém diz nada com



nada, não resolve; querem despejar as famílias do Sarandi; as escolas não têm protocolo contra a crise. E esse prefeito ainda deve reposição salarial aos trabalhadores da Prefeitura, 32%.

É coleção de escândalos, e está aqui em tramitação o projeto cidadão de Porto Alegre, em que o prefeito cria mais cargos, cargos gordos, pesados para o erário; para CCs não há limite, é mais CC, bota CC! Bota CC, bota! Mas nas escolas faltam hoje 400 professores que eles não nomeiam. A gente vai nos pronto-atendimentos, vai ali no postão da Cruzeiro, tinha num dia, um dia apenas, 32 pessoas no postão da Cruzeiro – trabalhadores da saúde, o Paulo que eu vejo aí da associação do HPS, a Marília –, tinha 32 pacientes na sala de espera porque não tem técnicos em número suficiente para atender. E ainda tem gente que tem coragem de ir na porta do posto de saúde e falar mal dos servidores. Imagina gente, tendo que atender 32 pessoas na espera, com pouco RH.

Então a Prefeitura gasta mal, desorientada, porque o seu prefeito está passeando. “Deixa o homem trabalhar”, dizia a campanha, “deixa o Melo trabalhar”. O problema é que ele não trabalha pelo povo, trabalha por ele, pelos seus amigos, pelos seus partidos. Aliás, eu gosto sempre de lembrar: o partido do prefeito Melo teve o presidente municipal afastado e proibido de exercer qualquer cargo público. O filho dele foi afastado do cargo de vereador e a secretária dele foi pra cadeia. É deste governo que a gente fala! Por isso que não tem dinheiro para instalar o ar-condicionado nas escolas, não tem dinheiro para pagar servidor no posto de saúde, porque eles gastam em viagens, eles gastam na curtição. Diárias e mais diárias para o prefeito, afinal, ele merece.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas Reis.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, particularmente municipais e municipais da direção do Simpa – vejo a Cindi e registro a falta do João, nem todos.

Mas o tema que me traz hoje aqui é a instalação da CPI da Pousada Garoa que ocorreu hoje pela manhã, Ver. Mauro Pinheiro, com a sua presença, e eu fiquei muito contente, e tenho certeza de que a Câmara vai ficar mais ainda, porque o que havia desde então era uma cobrança sobre a falta de ação efetiva da Câmara. Como é que ocorre uma tragédia brutal, inédita em Porto Alegre, em que 10 pessoas foram mortas, Presidente, no dia 26 de abril – e mais uma, no dia 6 de maio –, 14 feridos, e não há nenhuma investigação? Não, a Câmara é responsável, a Câmara fiscaliza, a Câmara tem que dar respostas. Hoje tivemos a instalação, eu quero cumprimentar os vereadores que fazem parte dessa CPI, porque hoje conseguimos, na própria instalação já, um começo de trabalhos antes do carnaval, porque tínhamos que ter um período da chamada burocracia da Câmara, ou seja, a indicação de cada vereador, de cada partido, depois disso a formalização do departamento correspondente, depois disso a liberação do plenário, depois a sessão, e conseguimos fazer. Hoje, pela manhã, instalamos a comissão com a presença de 11 dos 12 vereadores, foi muito bom e eu quero agradecer a todos que participaram e dizer que nós temos condições de dar uma grande resposta a Porto Alegre. Eu não tenho nada contra, nada, nenhuma restrição, nenhuma, pelo contrário, ao trabalho de investigação que a Polícia Civil fez, mas são objetivos diferentes. Nós queremos a identificação de responsáveis, sim, responsáveis, nós não somos juízes, não somos promotores, não estamos julgando as pessoas, mas queremos a identificação dos responsáveis, porque há responsáveis numa tragédia dessa natureza. Mas também queremos um outro caminho, um caminho em que as pessoas em situação de rua, como continuam em Porto Alegre e perderam até um espaço que tinham antes, a partir da tragédia, tenham um outro nível de acolhimento, com dignidade e segurança. Este é o objetivo da CPI: identificar, sim, os responsáveis; e,



aparentemente, os delitos que aparecem como notícias são gravíssimos, são realmente muito graves. Nós teremos condições de identificá-los, encaminhar posteriormente ao MP, que é o nosso papel, mas descobrir também caminhos, soluções para as pessoas em situação de rua que não têm solução e até ali tinham, porque saíram todas, de todos os lugares. O governo, para simplificar, talvez, a situação, como sempre, sem levar em conta o que estava ocorrendo com essas pessoas, na verdade, simplesmente deixou as pessoas, devolveu para a rua, pessoas em situação de rua voltam para a rua depois da tragédia. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Vou concluir, Presidente. Ora, nós temos que ter, sim – e o encerramento do pronunciamento é este –, a responsabilização de quem, de fato, atuou de forma negativa no acontecimento daquela tragédia, brutal tragédia da Pousada Garoa, e, por outro lado, uma forma de atendimento digno e seguro para as pessoas que precisam dele. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas. Quero parabenizá-lo pela CPI – o senhor conseguiu fazer a instalação –, assim como os demais vereadores que fazem parte.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Comandante Nádia, senhoras e senhores vereadores, por recomendação médica, eu não deveria brigar, nem na tribuna – como eu não brigo, então, eu estou atendendo a recomendação médica –, mas, depois de ouvir o Jonas insistir, insistir com o presidente do MDB, que foi afastado... Ele não está mais afastado, a Justiça reconheceu que ele não precisava estar afastado. Antes do fim do ano, o filho do prefeito também, reconhecidamente, foi retirada a recomendação de afastamento de serviços públicos; ele não quis voltar para a Câmara.

(Manifestações no plenário.)



VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): É, então, eu pensei aqui comigo, quem entende de preso é o pessoal do PT, porque todos foram presos, o Lula, todos os ministros, todos, e quem não foi preso visitava na cadeia, que era a Janja. Então, todo mundo do PT conhece muito bem o que é cadeia, cadeia. Era a assessora de Itaipu, acho que ela ia levar a luz para a cadeia. Ela era assessora de Itaipu, então, provavelmente, cuidava das contas de luz lá da cadeia do Paraná. Provavelmente!

Então, Ver. Jonas, antes de ficar falando dos outros, cuide do seu galinheiro! Cuide do seu galinheiro! O senhor é acostumado a subir aqui e falar, falar, falar, falar. Mas nós estamos lhe escutando, e é bom ter juízo quando se fala das pessoas. As coisas ditas pelo Jonas aqui são públicas, são públicas. Nós não temos nenhum problema com isso. Como são públicas as cadeias dos petistas, mas a diferença, a grande diferença são os milhões.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E a grande diferença é que nós não temos torcida de desocupados para ficar aplaudindo ladrão. Não temos. Torcida de desocupados aplaudindo ladrão nós não temos.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou solicitar que a galeria se acalme. Nós temos um vereador na tribuna até agora. Senhora, se acalme, porque aqui nós temos ordem. Todo vereador tem o direito...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A senhora quer falar aqui? Só um momentinho, vereador. Nenhum vereador daqui, eu concorde ou



não com a fala, vai ficar sendo atrapalhado na tribuna. Isso é um absurdo! Não vai acontecer aqui nesta Casa. A senhora se acalme. A galeria tem o tempo de fazer a sua manifestação e não é durante a fala de um vereador que está legitimamente eleito nesta Casa, fazendo uso da tribuna.

O senhor pode continuar, vereador.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, Presidente. Eu já estou acostumado. E eu diria que eu atingi o meu objetivo, atingi o meu objetivo. Eu queria mesmo que a torcida dos ladrões se manifestasse, e se manifestou. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Idenir Cecchim.

O Ver. Marcos Felipi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Boa tarde a todos presentes, àqueles que nos assistem. Queria fazer a correção da fala do Ver. Erick Dênil, do PCdoB. Não existe nenhuma ordem de despejo da Prefeitura para aquelas famílias ali que moram sobre o dique. O que existe ali é uma obra de proteção contra as cheias. Aquilo que muitos cobram e que a gente sabe que precisa existir, a Prefeitura já começou fazendo a sua parte com recursos próprios da Prefeitura; já alteou mais de 1 quilômetro do dique, está com 5,8 metros, e agora a obra precisa avançar, pelo menos até a parte onde houve o rompimento. E para isso, 58 casas precisam sair dali. A Ver.^a Juliana é do PT, é da oposição, mas juntos levamos esse tema à CUTHAB, fizemos as cobranças devidas ao DEMHAB, à Caixa Econômica Federal, à Secretaria Extraordinária de Reconstrução do governo federal, ao Ministério, para que essas 58 famílias tivessem um olhar diferenciado, porque elas precisam sair dali por conta de uma obra de proteção contra as cheias. Foi feito um documento, enviado ao governo federal, para que fosse flexibilizada a escolha



daquelas casas. O exemplo é o habite-se. As pessoas têm dificuldade de achar uma casa sem o habite-se, lugar que elas escolheram morar. A gente ainda não teve um retorno do governo federal sobre a flexibilização do habite-se. Isso impede que as 58 pessoas que ali estão possam ter as suas chaves e sair dali. As pessoas querem sair, entendem que têm que sair por uma obra que vai proteger 30 mil pessoas. Dessas 58 pessoas, mais de 30 já aceitaram o Estadia Solidária, esse programa que é do governo municipal; inclusive, já receberam o pagamento de R\$ 1 mil na conta. Esse programa serve para que, enquanto a pessoa não acha a sua casa, fique em outro lugar. Obviamente, não é aquilo que a gente deseja para aquelas famílias que já sofreram muito, estão traumatizadas por tudo aquilo que passaram. O que elas merecem é a sua casa, a chave da sua casa. Só que quem prometeu uma casa para todas as pessoas atingidas foi o governo federal, o Compra Assistida é do governo federal. Então, aqui, eu não vejo como uma vitória a gente prorrogar até o dia 10 de março. Eu vejo um bom-senso do prefeito Sebastião Melo, que viu que, dessas 58 pessoas, 15 delas sequer saíram na lista da Caixa Econômica Federal. Sequer o governo federal respondeu sobre o pedido de verificação do habite-se, para que as pessoas que já estão na lista pudessem buscar a sua casa. Então, o prefeito fez certo em estender até o dia 10 de março. É meio de carnaval, tem gente que não saiu na lista da Caixa Econômica Federal, mas eu queria estar aqui hoje comemorando que as pessoas estivessem com a chave da sua casa, conforme foi prometido, e que as obras do dique, que a Prefeitura municipal começou e está custeando com o seu recurso, pudessem estar continuando. Espero que em seguida, agora em março, as pessoas que merecem a chave da sua casa possam ter aquilo que foi prometido para elas: uma casa com dignidade, poderem morar num lugar seguro, e o bairro Sarandi ficar protegido da próxima enchente. A gente sabe que, infelizmente, maio está chegando, e 30 mil pessoas ficaram embaixo d'água a um ano atrás. A gente não quer mais que isso aconteça. Muito obrigado.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Marcos Felipi.

Não havendo mais nenhum vereador inscrito em liderança, solicito abertura do painel eletrônico para ingressarmos na Ordem do Dia.

Enquanto os vereadores dão as suas presenças, quero informar que segunda-feira que vem, por ser feriado de carnaval, nós não teremos sessão. No entanto, na quarta-feira de cinzas, dia 5 de março, teremos sessão normal, a partir das 14 horas, presencialmente.

(15h43min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Diretamente, entraremos na Reunião Conjunta. Suspendo a sessão, para que nós possamos passar às pautas conjuntas, conforme combinado pelas lideranças. Passo a presidência da Reunião Conjunta ao Ver. Ramiro Rosário.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h43min para a realização da Reunião Conjunta.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (16h30min) Estão reabertos os trabalhos.

Em discussão geral e votação o PLL nº 062/22. (Pausa) Por gentileza, diretor, proceda à leitura para nós, é o primeiro da folha da Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLL nº 062/22.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLL nº 062/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo os colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde e tenho a alegria e a felicidade de o primeiro projeto de lei a ser votado hoje ser da minha autoria, que diz o seguinte: institui a política municipal de conscientização e orientação quanto ao uso adequado da internet e das redes sociais nas escolas públicas municipais de ensino fundamental. Esse projeto foi apresentado lá em 2022, teve parecer, conforme os senhores e as senhoras ouviram, pareceres favoráveis em todas as comissões, e vou tentar discorrer aqui um pouco sobre do que se trata. O advento da internet trouxe à humanidade diversas possibilidades positivas de comunicação instantânea, de busca da informação e do conhecimento e de interação social por meio digital através das redes sociais. Porém, trouxe situações que devem ser enfrentadas, pois facilitam a disseminação de conteúdos criminosos como a violência, a pedofilia, a apologia ao extremismo, ao ódio, ao preconceito e de *fake news*. Também seu uso excessivo pode trazer danos psicossociais irreversíveis à criança e ao adolescente, cujos cérebros ainda estão em desenvolvimento, em especial pelo uso de redes sociais e algoritmos que utilizam a inteligência artificial no intuito de aumentar o tempo de permanência do usuário no aplicativo, através da manipulação. Se é difícil para uma cidade enfrentar as *big techs*, como Google, Meta, Instagram, Facebook, WhatsApp, X, TikTok, YouTube e tantas outras, para nós, com certeza, é mais que uma obrigação, enquanto vereadores e vereadoras, tentar fazer algo para poder dizer aos alunos – no caso aqui, o ensino fundamental de Porto Alegre – como identificar as *fake news* e como não publicizar ou compartilhar tais *fake news*, que hoje são o assunto do momento.

É por isso que nós apresentamos esse projeto de lei, e espero que os nobres colegas vereadores... E, pelos pareceres, já dá para perceber, são



de extrema importância, porque eles nos trazem essa possível disciplina nos colégios. Como se vê, a atuação de milícias digitais, que podem influenciar crianças e adolescentes para a violência e o extremismo, está bem mais perto do que se imagina.

Outra questão é o crescimento exponencial entre crianças e adolescentes da chamada monofobia ou síndrome da dependência digital, doença reconhecida pela Organização Mundial de Saúde. Isso acarreta uma série de dificuldades para a aprendizagem do aluno, comprometimento social, situações de saúde mental. Esse é o sentido do nosso projeto de lei, através dele buscamos estabelecer uma política de conscientização e orientação de uso adequado da internet e das redes sociais por educandos das escolas públicas municipais e seus familiares, enfrentando, de forma adequada, através da oferta e conscientização do conhecimento.

Nesse projeto, nós temos quatro emendas. Temos uma emenda trazida pelo Ver. Ramiro Rosário, uma emenda trazida pelo Ver. Jessé Sangalli e duas emendas trazidas pela bancada do PSOL. Queria dizer às senhoras e senhores vereadores que a bancada do Ver. Jessé Sangalli acaba destruindo, eu diria, o projeto de lei. E aí, me permite, Jessé, dizer-lhe isso, porque a emenda do Jessé retira a questão das *fake news*, e o grande assunto do projeto de lei é impedir que uma *fake news* seja publicizada. Concedo-lhe o aparte, Ver. Fleck.

Vereador Rafael Fleck (MDB): Ver. Oliboni, gostaria de saudar a sua iniciativa, o seu projeto e a atenção também pelo *cyberbullying*, que é um mal que a juventude sofre também através das redes sociais. Então, conte comigo nesse seu projeto.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Que é inclusive uma das redes utilizadas pelas crianças e adolescentes, e que nós pedimos a sensibilidade, e tenho certeza do apoio dos colegas vereadores e vereadoras.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Aldacir Oliboni.

O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra para discutir o PLL nº 062/22.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Sra. Presidente, senhoras e senhores vereadores, Ver. Oliboni, esse projeto é muito importante. Muitos já conhecem a minha história de quase 20 anos como conselheiro tutelar, quando tinha um trabalho muito grande, principalmente dentro das escolas. Nós somos sabedores do quanto é importante que as nossas crianças e adolescentes saibam, de fato, o que as redes sociais, os meios de comunicação fazem. Inclusive, Ver. Gilson Padeiro, muitos casos chegavam, e chegam hoje, até o Conselho Tutelar sobre essa situação, infelizmente, de fotos de *nudes* que vazam nas redes sociais, e muitas vezes essas crianças e adolescentes cometem até o suicídio. Então, é uma realidade que nós também temos que incluir. Inclusive, foi debatido aqui hoje nesta Casa sobre o abuso sexual, sobre essa menina de 9 anos que sofreu abuso sexual por esse monstro de 60 anos, que, infelizmente, era uma realidade e é uma realidade que se encontra hoje na sociedade. Os maiores abusadores estão dentro de casa, Ver. José Freitas, que foi meu colega, foi conselheiro tutelar. Há uma inversão, porque hoje, muitas vezes, quem deveria proteger são os que mais violam o direito. Os maiores abusadores são avô, padrasto, pai, tios, parentes, amigos próximos. Poxa, mas não era esse que era para proteger as crianças? Não. Infelizmente, essa é uma realidade. Então, todos nós somos relatores, todos nós somos fiscalizadores. As escolas têm que estar preparadas, principalmente para poder detectar quando tem uma situação, principalmente, dessas crianças que estão sofrendo essas situações de crimes cibernéticos. Existe hoje uma delegacia especializada para isso, mas principalmente essas questões que tratam da violência contra a criança e adolescente.

Então, pode contar, Ver. Oliboni, com o voto da minha bancada, porque é um projeto importante. Tudo que vem para as escolas, principalmente



lá no início, para que a gente consiga trabalhar desde o início da vida das crianças no currículo escolar, nós conseguimos fazer com que elas tenham essa compreensão e poder levar para mais pessoas. Então, agradeço por estar aqui nesta Casa, representando outros dos conselheiros e principalmente essa parte da criança e adolescente. Eu fico muito feliz quando tem projetos voltados, principalmente para proteção das nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Marcelo Bernardi.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 062/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos. É interessante como... Eu estou desenvolvendo um conceito. Não sei expressar direito, primeira vez que eu vou falar aqui. Está surgindo, na sociedade, no parlamento como um todo, o conceito de “lei meme”. Tem um assunto de grande repercussão, eu quero surfar a onda do assunto de grande repercussão, eu proponho uma lei nesse assunto de grande repercussão, e daí eu ganho a visibilidade do assunto de grande repercussão, porque eu botei no parlamento uma coisa que está viralizando na sociedade. Tem vários casos. Tem questão dos extremistas, entre aspas. Tem questão do canudinho também, porque foi uma febre na época, porque teve um caso de uma tartaruga que, infelizmente, acabou sofrendo com aquela questão do canudo, que depois se constatou que nem era um canudo, era um verme que estava dentro do nariz dela. E, como parecia que era um canudo, alguns vereadores, tentando surfar na onda ambiental, tentando parecer que se preocupavam com o problema do meio ambiente, fizeram a proposição da lei, e hoje não pode ter canudo plástico, e tem pessoas que, inclusive, são deficientes, que precisam do canudo para conseguir sobreviver e acabam sofrendo porque tem uma lei de um burocrata dizendo que não podia. Um outro exemplo de “lei meme” que



nós tivemos aqui em Porto Alegre foi a questão do saleiro em cima da mesa. Uma coisa absurda. “Ah, porque seria mais saudável para população não comer sal”. Então proíbe sal em cima da mesa. Chegou ao ponto ridículo de os restaurantes pendurarem o saleiro para poder ter saleiro à disposição das pessoas que iam ao restaurante. Não pode ser um parlamentar que dita como tem que ser a vida das pessoas na sociedade, porque acha que isso é mais adequado. E aqui é um caso bastante semelhante também no conceito de “lei meme”. Uma lei sendo colocada não com o objetivo de, de fato, melhorar a sociedade, mas surfar num tema que está em voga na sociedade. E aqui, dentro da “lei meme” do Ver. Oliboni, tem dois conceitos, o primeiro conceito é algo que ninguém de nós pode ser contra. Como alguém pode ser contra conscientizar pessoas com relação à questão da proliferação de pedofilia na internet? Todos nós queremos que as pessoas saibam se proteger disso. Só que daí se coloca um jabuti dentro de um texto que é irrefutável. Se coloca um jabuti, coloca lá: “Ah, vamos ensinar também a se defender de discurso de ódio, se defender também de desinformação e *fake news*.” Quantas mentiras foram ditas pelos meios de comunicação que foram pregadas como verdade? Pessoas tiveram as suas contas censuradas, algumas estão na cadeia porque falaram uma verdade inconveniente, que foi taxada como *fake news*. Agora eu pergunto: faz sentido a gente tentar doutrinar as nossas crianças desde cedo para que elas olhem somente para um lado no espectro político? Eu acho que não. Por isso eu fiz uma emenda nesse projeto. Mantendo o caráter meritório do vereador quando fala da questão de proteção das crianças, no sentido de ensinar elas a se protegerem na internet com relação à questão de pedofilia, mas por que tem que ter nesse texto questão de ensino contra o extremismo, contra *fake news*? Qual é o crime hoje de *fake news* no Brasil? Não existe. Mas quer colocar dentro do currículo de Porto Alegre essa questão. Será que a intenção de fato é proteger as crianças ou fazer com que nesse ambiente digital, que hoje a direita tem uma vantagem de discurso, se faça como se fosse desde o colégio algum tipo de mina, de desconstrução, de modo que no futuro eles possam ter também o poder dentro das redes sociais? Eu vejo que



é assim. Então eu coloquei uma emenda, retirando desse contexto que falem de *fake news* e de extremismo. Porque eu aqui, falando contra esse projeto, estou sendo extremista? Eu acho que não. Mas para alguém do PT, com certeza, sim. Então, eu deveria ser combatido pelos professores da esquerda que estão lá na sala de aula, porque eu sou extremista. E esse meu discurso aqui pode ser encarado para algumas pessoas como extremista. Então, para salvar o projeto e possibilitar que ele possa ser aprovado... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...porque ele tem mérito, sim, é necessário nós retirarmos essas palavras que têm um cunho ideológico. O vereador falou assim: “A Emenda nº 17, que fala para retirar a questão do extremista e das *fake news*, acaba com o projeto”. Se acaba com o projeto, a intenção nunca foi as crianças, porque a intenção deles era falar sobre extremismo e *fake news*. E colocaram a questão da pedofilia, não como uma intenção de, de fato, proteger as crianças, mas, sim, para constranger os colegas vereadores a votar “sim”. Como alguém pode ser contra votar e proteger as nossas crianças? Não tem como, né? Então colocaram uma carapuça, uma imagem de que é para proteger as crianças, mas estão colocando ali, na maciota, um jabuti, algo que vai perseguir um lado do espectro político. Então, eu só posso votar nesse projeto se a gente retirar esses termos, porque há um jabuti no meio do projeto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jessé Sangalli.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 062/22.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, Presidente Comandante Nádia, demais colegas vereadores, público que nos assiste. Na semana passada, as aulas iniciaram, então, na nossa rede de escolas municipais com uma coisa nova: a implantação de uma lei federal, por meu colega de partido do MDB, deputado Alceu Moreira, que restringe o uso



de celulares em escolas públicas e privadas no Brasil. Este é um tema bem importante para a discussão, pois temos implicações práticas na vida e no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Desde o início do meu mandato, eu defendo a promoção da saúde mental como um pilar essencial para uma sociedade mais saudável e mais equilibrada. Sabemos que a internet trouxe avanços importantes para a comunicação, acesso à informação e aprendizado. No entanto, também é inegável que o seu uso sem a devida orientação pode trazer riscos alarmantes, especialmente para os mais jovens. Não podemos proibir eternamente o acesso a *smartphones* e redes sociais, mas podemos e devemos ensinar nossos jovens e educá-los para que não fiquem tão vulneráveis aos perigos da internet. A exposição precoce e desprotegida de crianças e adolescentes no mundo digital tem aberto caminhos para conteúdos impróprios, práticas de *cyberbullying*, manipulação ideológica, estímulo à autolesão e até mesmo a cooptação para grupos extremistas e criminosos. Além disso, o uso excessivo das redes sociais tem contribuído para o aumento de ansiedade, de depressão e de autolesão, entre outros transtornos mentais. Diante deste cenário, o projeto de lei que ora discutimos neste momento, do colega que está aqui presente, Ver. Oliboni, representa um passo importante e necessário. Quero parabenizar o colega, inclusive, pois o projeto estabelece diretrizes para conscientização e orientação para o uso adequado da internet e das redes sociais nas escolas públicas municipais. Entre as ações desse projeto estão previstas palestras, oficinas, capacitações que envolvem educadores, alunos e familiares. Afinal, educar para uso seguro e responsável da tecnologia é um compromisso que deve ser compartilhado por toda a sociedade.

Quando eu li e analisei o projeto de lei que estamos discutindo como relatora da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM, eu ressaltai que a dependência digital é uma realidade preocupante. A Organização Mundial da Saúde já reconhece essa condição como uma síndrome que afeta diretamente o desenvolvimento psíquico das crianças e adolescentes. Precisamos limitar o uso da internet e das telas, pois isso significa proporcionar um crescimento



mais saudável e equilibrado, minimizando, então, a exposição de conteúdos violentos e impróprios. Acredito muito nisto, que a educação e a prevenção são fundamentais, tanto que já compartilho com vocês que estamos organizando dois seminários para os próximos meses, em parceria com a Associação Médica do Rio Grande do Sul – Amrigs e com a Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – APRS, no mês de maio e no mês de junho, com o tema do impacto das redes sociais na saúde mental, específico para crianças e adolescentes.

Tenho a convicção que devemos educar, prevenir e olhar para a comunidade como um todo, orientando e apoiando os educadores, pais e alunos. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Tanto é que eu creio que isso já está acontecendo também na nossa comunidade escolar, na Prefeitura, através de uma lei que nós regulamentamos, que são os psicólogos nas escolas. Isso tem feito toda a diferença para a comunidade escolar. Quero encerrar dizendo que, na condição de psicóloga e vereadora, reafirmo o meu compromisso com a saúde mental das pessoas e reforço a importância da educação digital como uma estratégia essencial de prevenção. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para discutir o PLL nº 062/22.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Quero saudar a iniciativa do nosso Ver. Aldacir Oliboni, que é uma iniciativa que vem ao encontro também da política do nosso governo federal, do Presidente Lula, na verdade, que é de fazer com que a sala de aula volte a ser, de fato, Ver.^a Tanise, um espaço de aprendizagem saudável. Nós sabemos que as redes sociais hoje cumprem um papel de informação, basicamente em tempo real, mas elas também, como o Discord, por exemplo, que tem vários fóruns, no



próprio Telegram, fóruns onde jovens, a nova juventude, têm sido cooptados para grupos extremistas, para grupos que têm apologia, suástica, apologia aos regimes da velha Europa e que, de fato, deram errado. Então, eu acho que é salutar que as salas de aula tenham o mínimo de regramento e, principalmente, que nós tenhamos, nas salas, a liberdade de cátedra garantida, para que professoras e professores possam, de fato, com o *tablet*, pelo menos, ter a sua liberdade de ensino garantida. Também com a questão da qualidade, afinal de contas, hoje a nossa juventude acessa o celular, as redes sociais, mas bem mais cedo do que há, pelo menos, 10, 15 anos atrás. Quero dizer também que as redes sociais são um fator preponderante da política de ódio disseminada contra as minorias. E aqui, como uma travesti vereadora, posso dizer a vocês que a transfobia, hoje, disseminada nas redes sociais e que, muitas vezes, alunos se utilizam de foros nas escolas públicas, são utilizados para que pessoas como eu evadam do ensino público. Pessoas não conseguem ficar em sala de aula, não conseguem ficar na escola por conta da política de ódio. E isso é alimentado, hoje, tem uma grande regulamentação nas redes sociais, que, basicamente, estão cada vez mais virando terra de ninguém, Ver.^a Karen, quando a gente tem uma série de questões envolvendo a Empresa X, o Grupo Meta, que é contra, na verdade, as políticas que de fato que protegem as minorias. E a gente tem essas grandes *big techs* hoje influenciando uma juventude no discurso de ódio, de serem racistas, de se autorizarem a transfobia, de se autorizarem a falar dos corpos, enfim. E eu acho que proteger, o que é, de fato, proteger as crianças, proteger a nossa juventude, é, de fato, que as redes sociais tenham um limite de onde, em sala de aula, os jovens podem e devem, de fato, acessar. Por isso que esse projeto aqui conta com o voto, com o apoio da bancada do PT, do nosso Ver. Aldacir Oliboni, que apresenta e conta com muito entusiasmo do nosso voto, porque nós precisamos, cada vez mais, debater as redes sociais e como elas, de fato, influenciam no nosso comportamento social, na nossa construção de personalidade, como elas influenciam, na verdade, nas nossas opiniões sobre vários assuntos que, muitas vezes, as pessoas leem um fio de Twitter e



passam a ser PHD em um certo assunto. Nós precisamos garantir que o aprender, os saberes da nova educação pública sejam trocas menos digitais e mais presenciais, onde os alunos possam, de fato, identificar os problemas reais que os rodeiam e, assim, construir saídas possíveis. Então, esse projeto, ele tem o nosso total apoio. Fico muito orgulhosa que o nosso vereador apresentou esse projeto, volto a dizer, que vem ao encontro da política do nosso governo federal, do Presidente Lula, que pede que os celulares na sala de aula sejam retirados, para garantir uma maior atenção e uma maior qualidade na aprendizagem da nossa juventude. Por isso, o nosso voto é “sim”, e acho que esse tipo de projeto deve ser, de fato, votado aqui de forma unânime, porque ele preserva a saúde mental dos alunos, preserva também a questão de segurança de educadoras e educadores, e preserva os alunos de estarem nesse espaço, nesses fóruns de ódio, como a gente viu na UFRGS, que teve lá um cidadão com suástica no rosto, pegando o diploma de engenharia de minas, algo completamente absurdo.

Eu acho que a gente precisa começar a entender que as redes não podem ser esse ambiente e nós estamos aqui para lutar por uma rede social que seja, de fato, regulamentada pelo Estado – regulamentada pelo Estado! – e, principalmente, que ela seja saudável para a nossa juventude. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Natasha. Não há mais ninguém para discutir a matéria.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 062/22. (Pausa.) A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas e a quem nos acompanha pela TVCâmara. Acho que primeiro quero saudar o colega Oliboni pelo projeto, que é de extrema importância. Nós, que atuamos dentro da escola, sabemos muito bem os riscos que nós enfrentamos,



principalmente quando a gente tem um descontrole sobre o acesso à internet. Se nós, como pais e mães, sabemos muito bem das dificuldades que a gente enfrenta dentro de casa, imagina dentro da escola, onde o número de alunos estudantes é elevado. Queria saudar pela iniciativa, ela é bastante importante para que a gente possa, assim como disse a Ver.^a Sabino, lidar com situações que envolvem diretamente a má utilização do aparelho celular, da internet, para outros fins que não sejam fins, de fato, que sejam para contribuir. Para além disso, vem também a questão da saúde mental. Acho que é bastante importante a gente não esquecer, não largar de mão, nós estamos aqui falando de preservação da saúde mental e também falando da dependência digital, que são questões bastante importantes. Dito isso, estamos apresentando duas emendas, e eu vou falar das duas, para não precisar depois voltar aqui e falar da Emenda nº 04. A nossa Emenda nº 03 traz como proposta a inclusão de artigo com a seguinte redação: “No que couber, esta lei observará a Lei nº 15.100/2025”. Que lei é essa? É a lei que proíbe a utilização dos celulares nas escolas. Então, como o projeto do Oliboni é de 2022, nós estamos emendando, fazendo uma observação, cuidando o que preconiza a lei federal em relação à proibição do uso dos celulares, assim como também o que preconiza o decreto da Prefeitura, o Decreto nº 23.113, de 2025, que entrou em ação em 13 de fevereiro – nós também precisamos estar atentos ao que dizem esses documentos. Então, a gente está fazendo essa observação na Emenda nº 03.

Na Emenda nº 04, a gente está também fazendo o pedido de inclusão de texto, no inc. IV do art. 2º, que trata da prevenção e do combate à dependência digital. Então, a gente coloca como proposta prevenir, combater a dependência digital, com a elaboração de estratégias para abordar o tema do sofrimento psíquico e da saúde mental dos nossos estudantes, sua prevenção e a disponibilização de espaços de escuta e de acolhimento, de acordo com o art. 4º e parágrafos da Lei Federal nº 15.100/2025, que foi instituída recentemente.

E, por fim, aproveitando esses últimos minutos, eu queria salientar algo que nos chama atenção dentro do decreto municipal. Quem não se



alertou, chamo a atenção: o decreto do prefeito Melo, infelizmente, traz, nos seus últimos artigos, punição para a questão do uso do celular. E um dos meios de punição – o último meio de punição – está se referindo da seguinte forma: “persistindo o descumprimento [no caso, o uso do celular], a situação poderá ser encaminhada ao Conselho Tutelar”. Gente, nós vamos precisar fazer um debate muito sério nesta Casa sobre o papel do Conselho Tutelar, que não é punitivo. Ele existe para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, ele existe para romper com a violação de direitos das crianças e dos adolescentes. Não é polícia de criança. Conselho Tutelar não tem um papel punitivo na vida das crianças e dos adolescentes na nossa cidade. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Grazi Oliveira.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Fabiano Rheinheimer, a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 062/22. **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 062/22. (Pausa.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01, ao PLL 062/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 02 ao PLL nº 062/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o PLL nº 062/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**. Parabéns, Ver. Aldacir Oliboni.

Temos pregões, por gentileza, diretor.



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Passamos aos pregões da Ordem do Dia.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando que sejam votadas em destaque a Subemenda nº 01, aposta à Emenda nº 01, e a Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/22.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, ao PLCE nº 011/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLCE nº 011/22.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria dos Vers. José Freitas, Carlo Carotenuto e Gilvani o Gringo, ao PLCE nº 011/22.

Não há necessidade da dispensa do envio dessa emenda às comissões, em razão do fato de que a matéria tramita sobre a égide do art. 81 da Lei Orgânica. Apregoo a Emenda nº 06 e a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, ao PLE nº 011/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, solicitando que sejam votas em destaque a Emenda nº 06 e nº 07 ao PLE nº 011/21. Também não há necessidade da dispensa do envio das emendas às comissões, porque a proposição tramita sobre o manto do art. 81 da Lei Orgânica.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLL nº 201/24.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, ao PLL nº 112/24.

Igualmente, não há necessidade da dispensa do envio às comissões, porque a matéria tramita sobre a égide do art. 81 da Lei Orgânica. Eram esses os pregões da Ordem do Dia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, diretor.

Ver.^a Cláudia, uma questão de ordem?



Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): O líder do governo solicitou que nós pedíssemos o adiamento do PLCE nº 011/22, por duas sessões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos ao item 03.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLL nº112/24.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLL nº 112/24. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Nádia, vereadoras, vereadores; este projeto do Chimabike é bem simples. Já existe uma lei federal que regulamenta as ruas de lazer, e esse projeto, ele visa atender a uma necessidade de lazer e convívio social para as crianças da região da Lomba do Pinheiro, que foi uma solicitação que chegou até nós. Aquela região não tem praças de lazer, ela tem pouquíssimos locais adequados para lazer, para atividades ao ar livre, como andar de bicicleta, tomar um chimarrão; ao mesmo tempo que os adultos teriam a oportunidade de se reunir para socializar, desfrutando de momentos de descontração, cultura, através do tradicional chimarrão. Além disso, reconhecemos a importância de atender iniciativas como essa para outras comunidades. Por isso, hoje, o Ver. Gilson Padeiro coloca uma emenda no nosso projeto incluindo uma rua do Lami, que ele também entende necessário que tenha essa importância para a comunidade dessa rua de lazer. Eu peço a todos os nossos colegas que votem



a favor deste projeto, que vai possibilitar ainda mais que as comunidades tenham o seu espaço reservado ao seu lazer. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Cláudia Araújo. Mais algum vereador deseja encaminhar o projeto? (Pausa.) Não tendo nenhum vereador que queira encaminhar o projeto, coloco em votação nominal, solicitada pelos Vers. Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, a Emenda nº 01 ao PLL nº 112/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, a Emenda nº 02 ao PLL nº 112/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA**, com 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o PLL nº 112/24. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely vota “sim”. Mais algum vereador não conseguiu votar o projeto ou deseja trocar a sua votação? (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADO** por 29 votos **SIM**. Parabéns, Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Natasha Ferreira (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 161/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação nominal o requerimento de autoria da Ver.^a Natasha Ferreira. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 13 votos **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Bom carnaval a todos e até quarta-feira que vem, às 14h.

(Encerra-se a sessão às 17h31min.)



(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *